

Português do Século XVI e Século XVII

José Pereira da Silva

Resumo: *This paper intends to make a reflexion about the Portuguese of XVIth and XVIIth centuries and its influences. On one hand, the influences from Latin, on the other hand, the influences from other languages and circumstances that make this period difficult to define, because it presents classical and popular characteristics, at the same time.*

Palavras-chave: *História da Língua Portuguesa, Português Renascentista, Português Medieval, Português Moderno.*

A partir de meados do século XVI ou um pouco antes a língua portuguesa passa por grandes transformações, enriquecendo o seu acervo lexical, disciplinando as suas estruturas, através de suas primeira gramáticas, competindo com o espanhol e expandindo-se para fora do seu domínio continental, a partir das conquistas ultramarinas. Enriquecimento, disciplina gramatical, emulação com o castelhano e expansão da língua, principalmente a falada, para os povos conquistados – eis a fisionomia do português nessa época. Isso não significa dizer que o português tradicional, há dois séculos separado do galego, não permanecesse como língua viva, falada e inclusive escrita. A prosa didática dos reinados de D. João I (1357-1433) e D. Duarte (1391-1438), grande parte da poesia

José Pereira da Silva é professor de Filologia Românica na UERJ.

palaciana compilada no *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende (1516), o teatro de Gil Vicente, a prosa, a poesia e a dramaturgia de Sá de Miranda (1481-1558) e Bernardim Ribeiro (1482? – 1552?) são testemunhos de uma linguagem arcaizante, embora literária e já sob as auras do Renascimento. Sá de Miranda, considerado o introdutor das novidades literárias do renascimento italiano e espanhol após o seu regresso da Itália em 1527, se por um lado revelou em Portugal as formas importadas, por outro manteve-se muito fiel às velhas estruturas poéticas em metro curto e a uma linguagem que vinha dos fins da Idade Média.

Tanto que os historiadores da língua sentem certa perplexidade na caracterização do português do século XVI: Leite de Vasconcelos entende que “até meados do século XVI (com Gil Vicente, Sá de Miranda) a língua apresenta caracteres gramaticais, estilísticos e lexicológicos que a separam dos tempos subseqüentes” (*Textos Arcaicos*, p. 117); Epifânio da Silva Dias, que na sua *Sintaxe histórica portuguesa*, fala num “português arcaico médio”, na sua *Gramática portuguesa elementar* afirma que “o período arcaico da língua portuguesa vai até cerca dos fins da primeira metade do século XVI”. É bem possível que a denominação “arcaico médio” não constituísse propriamente uma fase, mas um longo período paralelo ao português clássico, do século XVI ao século XVII, em que certos termos e certas estruturas lingüísticas do português antigo se mantiveram vivos. O próprio Said Ali, em sua *Gramática histórica da língua portuguesa*, contrariamente a muitos outros, não considera Camões o criador do português moderno “porque essa nova linguagem já vinha empregada por outros escritores”. Sem denunciar o pioneiro da nova linguagem, o autor parece insinuar que o português moderno tem início com as *Décadas* de João de Barros (1496-1570)¹, publicada entre 1552 e 1563, nas quais se inspirou Camões para a composição do seu poema. A matéria histórica que envolve a viagem de Vasco da Gama às Índias foi Camões buscá-la na obra de João de Barros e na de Fernão Lopes de Castanheda (*História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, 1551-1561). Entretanto, se este historiador se sobreleva a João de Barros pela minúcia descritiva dos fatos e da geografia ultramarina, baseado na observação direta e em fontes documentais, o seu estilo distancia-se das *Décadas* pela secura da linguagem, marcada ainda por uma sintaxe típica da prosa medieval. O que demonstra a coexistência dos dois tipos de linguagem nos meados do século XVI.

Os descobrimentos marítimos realizados pelos portugueses desde princípios do século XV com o Infante D. Henrique (1394-1460), até a morte de D. João III em 1557 (quando o império ultramarino já apresenta os primeiros sinto-

¹ João de Barros foi o donatário das capitânicas hereditárias do Ceará e do Pará, para onde mandou quase um mil colonos.

mas de decadência), não conseguiram abalar a vitalidade da língua tradicional, que tivera com Fernão Lopes (1380-1459) um dos seus mais lídimos representantes.

Não há dúvida, portanto, em que as transformações por que passou a língua portuguesa nessa época estão ligadas à grande revolução social, econômica, artística e literária que se conhece sob a denominação de *Renascimento*. Ao lado da admiração pela antiguidade clássica greco-latina, que levou os escritores do Renascimento à tradução, à imitação e à assimilação dos Antigos, Portugal abriu as portas do mundo moderno com o descobrimento da Índia, contornando o continente africano, colocando assim o homem em contato com novos mundos, novos povos e novas línguas.

1.1. Latinização da língua

O deslumbramento da cultura clássica, suscitado pelo movimento humanístico da segunda metade do século XV, criou não só uma elite de eruditos, como propiciou o aparecimento das primeiras gramáticas da língua portuguesa: debruçado na leitura dos modelos clássicos, sobretudo latinos, os escritores portugueses foram naturalmente levados a introduzir na língua inúmeros latinismos, aportuguesando as formas importadas e refazendo as formas arcaicas. Sousa da Silveira nos dá uma síntese dos tipos de latinismos introduzidos nessa época na língua portuguesa: latinismos:

gráficos, complicando a escrita mais singelas dos primeiros tempos; *fonéticos*, aproximando formas populares, muito alteradas das formas clássicas conhecidas; *morfológicos*, com a adoção de sufixos, prefixos e radicais da língua mãe; *sintáticos*, com a transplantação para o vernáculo de construções latinas não usadas em português, e, finalmente, *léxicos*, constituídos pela introdução de muitos vocálicos denominados eruditos ou literários (*Lições de português*, p. 105-6).

N^o *Lusíadas*, por exemplo, se encontram exemplos de todos os tipos de latinismos apontados:

a) *gráficos*: *octavo* (oitavo), *precepto* (preceito), *doctor* (doutor), *nunqua* (nunca), *epse* (por esse), cuja pronúncia não correspondia à língua viva e acabaram desaparecendo;

b) *fonéticos*: *defensa* (por defesa); *urso* (por usso); *árbores* (por árvores), *nido* (por ninho).

c) *morfológicos*: os casos de superlativos eruditos em *-érrimo*, *-ílimo* e *-íssimo*; os plurais *estéreis*, *fértiles*, *inábeis*, *fáciles*, *felices*, *falaces*; as formas nominativas *Plato*, *Estrabo*, *Varro* etc. (por Platão, Estrabão, Varrão; os adjetivos em *-bil*: *visíbil*, *imóbil*, *implacábil* etc.);

d) *sintáticos*: casos de apostrofe – *cidade Beja*, *reino Melinde*, *cidade Calecut* etc.;

mas porém, mas contudo; a correlação qual... tal (lat. *qualis... talis*) etc. e) léxicos: *avena* (flauta), *flama* (chama), *íncola* (habitante), *sumo* (supremo), *poto* (mar), *prisco*, *divo*, *cópia* (abundância); os adjetivos em -eo: *etéreo*, *dúreo* etc.; os adjetivos em -fero em *aurífero*, *mortífero*, *odorífero* e tantos outros.

Ao lado desses tipos, precisamos acrescentar os latinismos semânticos: *ida-de* (vida), *parentes* (pais), *partes* (regiões), *claro* (ilustre), *levar* (levantar) (*levar* as âncoras), *numerosos* (cadenciado, melodioso) e o emprego do verbo *ser* com a acepção de “haver”.

A imitação do latim, no plano sintático, estendeu-se também na regência das palavras, na colocação dos termos da oração, na predominância da estruturação hipotática, no gosto pela colocação dos verbos nos finais dos membros do período. A riqueza de subordinadas tornou, entretanto, o período empolado, fatigante, às vezes confuso, atropelado pelos quês (conjunção e pronome relativo). A prosa narrativa, sobretudo, torna muito evidente esse tipo de organização do período.

1.2. O deslumbramento da cultura clássica

O gosto pelos estudos clássicos, especialmente o ensino do latim e do grego, desde os princípios do século XVI teve o patrocínio dos reis portugueses, que contratavam ilustres humanistas estrangeiros como mestres de seus filhos.

A Infanta D. Maria, filha de D. Manuel, falava e redigia em latim; a sua corte ficou conhecida no seu tempo como a “universidade feminina”, tal o ambiente de cultura clássica que aí se respirava. No Colégio de Santa Cruz de Coimbra, na Universidade e no Colégio das Artes, o latim se impunha como língua obrigatória entre os estudantes.

É talvez por essa razão que Gil Vicente não gozou de estima dos homens cultos de seu tempo, pois além de lavrar suas peças em português, manteve-o muito próximo da fala corrente.

2. As primeiras gramáticas de língua portuguesa

Como decorrência desse gosto pela cultura clássica nasce o desejo de disciplinar e aprimorar a língua portuguesa, numa tentativa de aproximá-la do latim. Surgem assim as primeiras gramáticas e os primeiros dicionários. Em 1536 Fernão de Oliveira publica a sua *Grammatica da lingoagem portuguesa*; em 1540 sai a *Grammatica da lingua portuguesa* de João de Barros e, em apenso, o *Dialogo em louvor de nossa linguagem*; em 1574 Pero de Magalhães de Gândavo publica as suas *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia portuguesa*

com um *Diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*; dois anos depois Duarte Nunes de Leão põe à luz a *Orthographia da Lingoa Portuguesa*, embora escrita muito antes; em 1606 o mesmo autor sai com a sua *Origem da lingua portuguesa*. Três foram os dicionários aparecidos nos séculos XVI e XVII: o do Jerônimo Cardoso, *Dictionarium Latino-Lusitanicum et vice-versa Lusitanico-Latino*, em 1570; o de Agostinho Barbosa, *Dictionarium Lusitanico-Latinum*, aparecido em Braga em 1611; e o *Thesouro da Língua Portuguesa*, do jesuíta Bento Pereira, saído em Lisboa em 1647. Se os dois primeiros registram aproximadamente doze mil vocábulos portugueses, o terceiro é mais completo, com cerca de vinte mil, e com pretensões a um rico elenco de obras e autores, entre eles Diogo Bernardes, João de Lucena, João de Barros, Trancoso, Frei Heitor Pinto e as obras todas de Camões.

O aparecimento dessas gramáticas, que tinham como antecedente e até modelo a *Gramática de la lengua castellana* de Antonio de Nebrija saída em Salamanca em 1492, e por base as próprias gramáticas latinas, explica-se pelo afã de se tentar impor o estudo sistemático das línguas modernas em substituição ao latim, que ainda permanecia a língua defendida pelos humanistas. O elogio e a defesa das línguas nacionais foi unânime na Europa românica. A defesa da língua portuguesa se fazia não só em relação à latina, mas ainda em face da moda vigente do castelhano, que às vezes competia com o idioma nacional – como se pode ver em muitos poetas do *Cancioneiro geral*, na obra teatral de Gil Vicente, em Sá de Miranda, no próprio Camões, em Rodrigues Lobo, mania que se prolongou até meados do século XVII com a dominação filipina: a obra poética de D. Francisco Manuel de Melo, *Obras métricas*, aparecida em 1665, compreende apenas um terço da língua portuguesa; um autor português como Jorge de Montemor compôs a sua obra poética *Diana* em língua espanhola. Neste seu poema, que é obra-prima da literatura castelhana, inclui apenas uma fala e duas poesias em língua portuguesa.

Tanto Fernão de Oliveira como João de Barros defenderam as excelências da língua portuguesa, censurada de pobreza vocabular pelos homens doutos da época. É tão extremado o nacionalismo de Fernão de Oliveira, que para ele a fala portuguesa “tem de seu a perfeição da arte que outras nações aquirem com muyto trabalho” (prólogo); e mais adiante: “... e com tudo apliquemos nosso trabalho a nossa língua e gente... e nam trabalhemos em lingua estrangeira” (Cap. V).

João de Barros enumera seis motivos fundamentais para o seu louvor da língua portuguesa: riqueza vocabular, conformidade com a língua latina e filiação nela, gravidade e majestade, sonoridade agradável, caráter abstrato, e possibilidade de enriquecer o seu vocabulário por meio de adoções e adaptações (sobretudo de latinismos), embora em sua *Gramática* ridicularize a utilização de dois latinismos sintáticos. É curioso aludir a um conceito de Fernão de Oliveira, que se tornou lugar-comum, sendo até reproduzido por Jorge Ferreira de Vasconcelos em sua comédia *Eufrosina* (1555), que também faz de sua peça uma

verdadeira Defesa e Ilustração da língua nacional: “os homens fazem a língua e não a língua os homens” (Cap. IV).

2.1 O caráter arcaizante e popular da língua

Todo esse movimento de ordem doutrinária na sistematização e aprimoramento da língua não impediu que os escritores portugueses dos séculos XVI e XVII mantivessem em sua linguagem as formas arcaicas e populares, e até produzissem em algumas de suas obras a linguagem viva e chã de seu tempo. Como os escritores clássicos não deixaram de cultivar as formas literárias tradicionais (com exceção de Antônio Ferreira), é explicável que a língua que serviu de expressão à literatura medieval permanecesse viva durante o século XVI e princípios do século XVII. Ao lado das formas eruditas, literárias, continuaram fluentes na sua realidade fônica e morfológica as formas da tradição medieval, embora com sua feição arcaizante e popular. As composições dramáticas de Gil Vicente são um testemunho da linguagem corrente no seu tempo; o próprio Camões reproduz a fala de meados do século XVI no seu teatro e nas suas cartas, como faz sempre um testemunho da linguagem viva e falada na sua época. Lendo os autores clássicos do século XVI e século XVII encontramos formas populares e arcaicas a todo momento.

Vejamus uma relação de arcaísmos e formas populares colhida nos clássicos desses séculos. Como nem sempre é fácil distinguir a forma arcaica da popular, vamos arrolá-las conjuntamente:

- a) fonéticos: *coresma* (quaresma), *rezão*, *quintã* (quinta), *dixe* (disse), *masto* (mastros), *fruito*, *geolho*, *devação* (devoção), *almoço* (almoço), *marteiro* (martírio), *tromento* (tormento), *antre* (entre), *antão* (então), *estramento* (instrumento), *fantesia*, *fogir*, *seo* (seio), *riquo*, *quomo* (como), *fame*;
- b) fonético-morfológico: *sam* (sou), *sento* (sinto), *dezia*, *poer*, *impida* (impeça), *acude* (acode), *arço* (ardo), *trager* (e as flexões *trouvesse*, *trouguera*), *fige* (fiz), *pugeste* (puseste), *sondes* e *sodes* (sois), *i*, *is* (ide, ides), *fuge*; *dexo* (deixo); os verbos em *-ear*: *ondeo*, *semeo*, etc.;
- c) morfológicos: *imos* (vamos), *comua* (fem. de comum), *fim*, *guia*, *praneta* (femininos); os participios irregulares: *absolto* (absolvido), *encolheito* (encolhido); adjetivos em *-ês*, *-or* uniformes quanto ao gênero: nação *português*, gente *perturbador*;
- d) sintáticos: a regência de certos verbos – *atrever-se* + infinitivo sem preposição: “não se atreveu passar Trajano” (Camões); o verbo *desejar* em perífrase com o infinitivo, ligadas pela preposição *de*: “deseja de comprar-vos pera genro” (Camões);
- e) léxicos: *asinha* (depressa), *aosadas* (por certo), *bofé* (boa fé), *ca* (porque), *samica*, *samicas* (talvez), *filhar* (agarrar, obter), *ca* (do que, do lat. *quam*), *solaz*

(consolação), *guarecer* (curar), *compridam* (comprimento), *escontra* (em direção a), *aderência* (arrimo, proteção) *derrota* (rumo) etc.

Certas preposições e conjunções, além das aceções normais, assumiam freqüentemente outras: *como* (logo que, assim que, contanto que, conquanto); *contra* (em direção a, na direção de, para); *tanto que* (logo que); muito freqüente também *des i* (em seguida); *acerca* (perto), *al de menos* (ao menos, quanto muito), *mas que* (embora), *pero que* (posto que), *por em* (por isso), *em que* (ainda que).

Do ponto de vista fonético, finalmente, o que se observa na língua dos escritores dessa época, é a freqüente alternância *i/e*: *homicidio*, *gingiva*, *missilhão*, *virtude* etc.; a alternância *e/a*, *e/o*: *jentar*, *salvagem*, *somana* etc.; a redução de ditongos: *baxo*, *bejar*, *otono*, *contino*. No entanto surgem formas como *cereija*, *bautizar*, *oucioso* etc.; a troca do *l* pelo *r* nos grupos consonantais *br*, *cr*, *fr*, *gr*, *pr*: *sembrante*, *pubrico* (público), *brasfemar*, *craro*, *concrudir* (concluir), *framengo*, *frol*, *resprandecer* etc.; as formas *protéicas*: *alevantar*, *assossego* etc.; formas sincopadas como *exprimentar*, *esprito* etc.

3. A projeção da língua com os grandes descobrimentos

Como consequência da expansão navegatória, da colonização e do comércio com os povos conquistados, da catequese das comunidades gentias, a língua portuguesa não só se espalhou pelo mundo descoberto, como se tornou susceptível à influência das línguas exóticas. O intercâmbio com as populações africanas e os povos orientais resultou num enriquecimento considerável da língua portuguesa, visível na linguagem dos historiadores, que ampliaram consideravelmente o nosso acervo lexical. Todo um glossário de termos náuticos, de denominações referentes a ofícios, cargos, títulos, profissões, moedas, tecidos e medidas, invadiu o território vocabular dos conquistadores. O próprio João de Barros, no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, prestigiando o arcaísmo e censurando o neologismo, oferece um testemunho dessas infiltrações. Quem lê, por exemplo, as *Décadas* de João de Barros (1552-1553), as *Décadas* de Diogo do Couto (1615), os *Anais de D. João III* de Frei Luís de Sousa (1632), tropeça a todo instante com vocábulos oriundos dessas línguas.

3.1. O português do Brasil: a contribuição nativa

E quem ler os escritores brasileiros do século XVI e XVII – informantes, cronistas, missionários, naturalistas etc. – encontra em suas obras um documentário riquíssimo de vocábulos de origem tupi e de procedência africa-

na, que se incorporaram ao léxico da língua portuguesa. Dentre inúmeras línguas indígenas faladas na Terra de Santa Cruz, preponderava o *tupi*, do qual apareceram as primeiras gramáticas, como a *Arte de grammatica de lingoa mais falada na costa do Brasil*, do padre Anchieta, saída em Coimbra em 1595. Na costa brasileira o português competiu minoritariamente com o idioma nativo até o século XVIII. Nessa época já aparecem termos como *caju*, *cutia*, *jurubeba*, *curupira*, *acauã*, *tapera*, *tatu*, *capim*, *maracujá*, *arara*, *pajé*, *capivara*, *araponga*, *mingau*, *jacarandá*, *peroba*, *pitanga*, *jacaré*, *taboca*, *cipó*, *anu*, *araçá*, *mandioca*, *jararaca* etc.

E não obstante à época do aparecimento de sua obra *O selvagem* (Rio de Janeiro, 1876), Couto de Magalhães procurasse testemunhar a vitalidade do *tupi* ou *nheengatu* como língua falada por pessoas ilustres e muito viva ainda em certas regiões do norte do país, o certo é que já em fins do século XVIII o idioma luso havia suplantado o seu competidor. Inúmeras modificações fonéticas, operadas no português dos séculos XVI e XVII, curiosamente poderão até ser explicadas pela influência simultânea da língua *tupi* e dos falares trazidos pelos escravos africanos, segundo alguns lingüistas como Plínio Ayrosa e Renato Mendonça.

3.2. O afluente africano

Se as línguas indígenas deixaram marcas evidentes no português, especialmente no rol de denominações relativas a acidentes geográficos (montanhas, rios, baías), cidades, estados, à flora e à fauna, o negro contribui com denominações pertinentes à culinária, às suas crenças, à música e à farmacologia. Desde meados do século XV o afluxo de negros escravos para o reino era uma realidade. Poetas do *Cancioneiro geral* e várias peças de Gil Vicente atestam a vigência de uma fala típica, que se caracterizava por profundas modificações lingüísticas no português de então. E certos fenômenos fonéticos observados aqui se reproduziram também no português falado no Brasil – como a dissolução de grupos consonantais (*purugunta*, por pergunta; *puruque*, por porque; *Furunando*, por Fernando; a apócope do *r*: *casá* (casar); a redução do *ui* em *muto* (muito), de *ei* em *e*: *dexa*, *deradera*, *carera* (deixa, derradeira, carreira); a vocalização do grupo *lh*: *muyere*, por mulher, *oyo*, por olho; *mioro*, por melhor; a apócope do *s*, já vista há pouco como influência concomitante do *tupi* e do africano na fala brasileira: *vamo*, *temo*, *quatro dia* etc.

Aliás a interposição de uma vogal para dissolução de grupos consonânticos tornou-se fenômeno vigente até os nossos dias: *adevogado*, *indiguinado*, *abissoluto*, *obiter*.

A migração negra para o Brasil teve dois focos principais de procedência, correspondentes aos dois grandes grupos: os sudaneses, oriundos da região com-

preendida entre o Golfo da Guiné, o Senegal e a Nigéria; e os *bântus*, originários do Congo, de Angola, de Moçambique e parte do sul africano. Do grupo sudanês as tribos mais importantes foram os *jurubas* (ou *nagôs*), os *gês* e secundariamente os *haussás*, os *minas*, os *tapas*, os *bornus* e os *gruncis*; o grupo *bântu* compreendia os *angolas*, os *congós*, os *cabindas* e os negros moçambicanos. Os sudaneses foram introduzidos nos mercados escravos da Bahia, daí espalhando-se para o Recôncavo e outros pontos; os *bântus*, levados para Pernambuco, estenderam-se daí para Alagoas, Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. A lavoura da cana-de-açúcar fixou-os no litoral; as minas fizeram-nos adentrar para o interior; o plantio do café atraiu-os para São Paulo, como a indústria do gado para Mato Grosso. A influência lingüística do negro foi mais profunda que a dos índios. Das línguas faladas pelos escravos africanos, duas são mais importantes do ponto de vista lingüístico em razão de sua influência na língua portuguesa: o *iorubá*, do grupo sudanês; e o *quimbundo*, do grupo *bântu*. Este último contribuiu com um vocabulário mais geral, ao passo que o primeiro, que deixou marcas indeléveis nos falares da Bahia, concorreu com termos referentes ao *candomblé* e à culinária, atingindo cerca de 250 vocábulos.

Ao negro se atribuem influências fonéticas de variada espécie, como a dissolução de grupos consonantais, a vocalização do fonema linguopalatal *lh* (já vistos) aféreses – como *tá* (por está), *ocê* (você), *fessô* (professor), *Bastião* (Sebastião); apócopes – como *cafezá*, *mê*, *dizê*, *sinhô*; metáteses – como *sicova* (escova), *secola* (escola), oriundas da dissolução do grupo consonântico: suarabáctis (já vistos) e redução dos ditongos *ei* em *e*, *ou* em *o*, como *bejar*, *dexar*, *ovido*, *cove* etc.

O vocabulário é expressivo: *babalaô*, *iemanjá*, *exu*, *muamba*, relativo ao culto; *bobó*, *acarajé*, *vatapá*, *xinxim*, *farofa*, à culinária; os adjetivos *caçula*, *banguela*, *macambúzi*, *bambambã*; os nomes relativos a plantas: *dendê*, *quiabo*, *fumo*; e inúmeros outros termos como *marimbondo*, *lundu*, *caximbo*, *quilombo*, *quitanda*, *marimba*, *molambo*, *moleque* etc., inclusive termos da linguagem infantil: *pipi*, *nenê*, *tatá*, *bumbum* etc.

4. A revolução da linguagem no século XVII

Deixando os problemas da expansão da língua portuguesa e das influências recebidas através do contacto com as línguas exóticas, voltemos ao plano da língua escrita, no trânsito do século XVI para o XVII e durante o período seiscentista.

A poesia do século XVII, muito mais do que a prosa, foi uma tentativa de renovação da linguagem renascentista, que acusava no tempo uma “fadiga da sensibilidade”. As palavras se vinham gastando e se tornando inexpressivas: não

exprimiam nada, e quando resvalavam na sensibilidade não provocavam “descargas elétricas suficientes”. Era necessário revolucionar tecnicamente a linguagem para reconquistar o poder expressivo da palavra.

As grandes modificações ocorridas na linguagem do século XVII em relação à do século precedente são, entretanto, mais sensíveis na esfera lexical e na organização da frase. Na esfera lexical, queremos dizer, quando falamos em “termos de época” e nas violentações semânticas com vista à criação da surpresa; na estruturação frasal, quando pensamos nos diferentes tipos de organização sintática que vieram subverter a estrutura fechada, periódica, da chamada cláusula ciceroniana.

Se a linguagem dos escritores barrocos é culta, de caráter aristocrático e estetizante, não é clássica. As duas tendências estéticas do movimento barroco, que representam uma ruptura do equilíbrio, da clareza e da serenidade clássicas (o Cultismo com o predomínio da imaginação, e o Conceptismo com o predomínio da inteligência), cada qual subverteu a seu modo os padrões da língua clássica.

O Cultismo, que atingiu sobretudo a esfera da poesia, é uma estética da representação sensível; o Conceptismo, mais afeito à prosa, é uma estética do entendimento. Como estética imaginativa, o Cultismo criou um vocabulário próprio através de várias vias: mudando a acepção normal dos termos correntes (*dilatar* = arremeter; *beber* = nadar; *desatar* = desvanecer-se; *mentir* = fingir etc.); reabilitando as acepções cultas latinas (*traduzir* = levar, transportar; *desígnio* = desenho; *reduzir* = voltar a levar, recolocar; *absolver* = terminar etc.); tornando léxico corrente termos cultos, notadamente adjetivos, de emprego restrito no século XVI (*ígneo*, *cerúleo*, *purpúreo*, *hercúleo*, *flamífero*, *áspide*, *inculcar*, *intonso* etc.); ou utilizando-se de termos, denominados “termos de época”, que caracterizam a mentalidade barroca (*breve* = efêmero, pequeno; *fineza*, *cinza*, *desengano*, *caduco*, *caducar* = encanecer etc.), e até certo ponto uma vocação para os esdrúxulos. Como estética da fantasia, o Cultismo apelou abusivamente para a descrição alegórica, para a metáfora mitológica, para as imagens sonoras e cromáticas. Na esfera da sintaxe operou inovações que serão vistas mais adiante.

Na colocação dos termos, a poesia cultista caracteriza-se pela subversão da forma, com deslocamentos da palavra para lugares inesperados da frase: são os *hipérbatos* e as *sínquises*; por outro lado, o estilo sentencioso dos conceptistas resulta na eliminação dos estados transitivos do sistema, tornando a frase concisa e sem vascularidade: são as elipses.

A quebra da frase pomposa, solene, fechada (a cláusula) se fez mediante a utilização da frase curta; a progressão da própria cláusula para além dos limites fixados pela teoria da frase circular – em que as conjunções coordenativas e correlativas permitem um movimento contínuo do pensamento: *e*, *mas*, *en-*

quanto, *tanto... quanto* etc.; a utilização das parentéticas, das orações reduzidas, da frase em cadeia, da frase em espiral etc. Na poesia é conhecido o caso da anadiplose, freqüente nos poetas seiscentistas, em que a mensagem, em espiral, não se fecha:

Ofendi-vos, meu Deus, é bem verdade
É verdade, Senhor, que hei delinqüido,
Delinqüido vos tenho, e ofendido,
Ofendido vos tem minha maldade. (Gregório de Matos)

Ainda na esfera da sintaxe, os escritores do século XVII se utilizaram do chamado “acusativo grego”, do ablativo absoluto, do verbo *ser* com a acepção de “servir” (através de uma construção que lembra o emprego do verbo *esse* latino com dativo); e finalmente das chaves estilísticas, que Dâmaso Alonso estuda muito bem quando analisa a linguagem poética de Gângora.

Se o ablativo absoluto é corrente na poesia anterior, não o é o ablativo que ocorre na construção em que o particípio é substituído por um substantivo que modifica o sujeito, funcionando, com relação a esse sujeito, como predicado: “pois ela, mel a boca, o rosto flores” (J. Baía), em que *ela* é o sujeito, *mel* e *flores* adjetivos com valor de participios (melada e florido), modificadores do sujeito.

No campo lexical já vimos atrás que a característica mais evidente da linguagem seiscentista é o horror as denominações correntes do objeto: daí a fuga ao termo próprio, apelando para as distorções semânticas da palavra, para as formações cultistas e para os processos mais extravagantes da metaforização.

Deste breve excurso a propósito da língua literária do século XVII, especialmente na esfera da poesia, verifica-se que os dois níveis menos atingidos pelas renovações literárias são o fonológico e o morfológico. Entretanto não pode passar despercebido que os escritores seiscentistas abusaram da derivação impropria, isto é, da substantivação de outras classes de palavras, inclusive de conjunções e de advérbios.

Ainda no campo morfológico, mas por deliberações de natureza estilística, são de observar os casos freqüentes, no território da poesia, de permuta de classes ou categorias, em que o suporte (substantivo) se torna epíteto (adjetivo) e vice-versa: *púrpura nevada* (por “neve púrpura”), *undosa prata* (por “ondas prateadas”) etc.

4.1. A metaforização

Entretanto, no afã característico de ocultação do objeto, os escritores seiscentistas se comprovaram nas criações mais excêntricas da metaforização.

Vários são os tipos de metáfora, cujo processo de formação difere do utilizado na linguagem do século XVI. Enquanto os escritores renascentistas não se utilizam da chamada “metáfora surrealista” ou descendente (em que o segundo elemento da comparação pertence ao mundo infra-real) porque o objetivo do artista clássico é criar um mundo de beleza absoluta, irreal, os poetas barrocos, especialmente os conceptistas – que exprimiam melhor a ideologia contra-reformista do seu tempo ou a visão irracional do mundo –, fazem uso dela como fator típico. É o caso, por exemplo, do “pó da terra” (= o homem), “víbora” (= ondulações da água), “paredes” (= coração) etc. Os poetas clássicos se comprazem na “metáfora mística” ou ascendente (em que o segundo elemento da imagem pertence a um mundo melhor, supra-real) – tipo “pérolas” (= dentes), “rosas” (= maçãs do rosto), “ouro” (= cabelos) etc. Este tipo de metáfora também se aplica à imagem. Certos verbos, que nada possuem de poético quando usados isoladamente, também se prestam a formações imagísticas muito do gosto dos poetas maneiristas e barrocos: *calçar* (em “*calçar o vento*” = correr com a ligeireza do vento); *beber* (= nadar): “*bebendo* muito golfo em poucas horas”; *pascer*, *pisar* (= estar entre): “*pascer* estrelas”, *pisar o céu*, imagens oriundas da poesia latina; *pentear* (= sulcar): “a nave montes de cristal *pentear*”, isto é, a nave abre sulcos nas ondas etc.

O sentimento de repulsa que se verificou na Espanha durante o século XVII contra essa linguagem culta, floresceu também em Portugal. Havia uma consciência nítida dos níveis de linguagem na época: ao lado de uma prosa e de uma fala comum à maneira tradicional de Sá de Miranda (como se pode observar na linguagem de D. Francisco Manuel de Melo), havia uma linguagem requintadamente culta, propositadamente procurada, que às vezes derivava até para a fala corrente.

O primeiro passo da grande revolução estética do material expressivo levado a efeito pelos poetas cultistas foi a *desumanização* do vocabulário. Numa expressão como *ladrao cristalino*, por exemplo, com que o poeta deseja simplesmente metaforizar o *rio*, é evidente o desprezo pelo conteúdo moral do primeiro elemento: *ladrao* aí figura porque o poeta conseguiu com ele criar beleza, dado o valor dinâmico do termo. Ausente o conteúdo espiritual das palavras, estas agora seduzem exclusivamente pelos seus valores sensoriais: sugerem os diferentes reinos da natureza pelo que possuem de cores, de sons, de formas e de movimentos. Constituem, pois, um delicioso banquete de sentidos.

Conquanto o vocabulário possuísse uma hierarquia, os poetas seiscentistas não desprezaram, dentro de sua tendência aristocrática, as formas populares: o seu uso está ligado ao propósito de surpreender o leitor pelo imprevisto. Ligados ainda a esse intuito estão certos verbos materiais, antipoéticos, empregados em situações semânticas estranhas: *organizar*, *fatigar*, *vestir*, *vomit*, *desatar*, *suar*, *chupar*, *pisar*, *beber* etc., em formações como *vestir luz*, *calçar o vento* (já visto), *suar aljôfar as estrelas* (orvalhar), *pascer estrelas*, *pisar a luz do dia*, *pisar*

crepúsculos, *fatigar os montes*, *pentear o cristal* (sulcar o rio), *muro desatado*, *beber um naufrágio*, *beber luzes*, *abril organizado* etc. Também despertam a atenção do leitor pelo inesperado as formações neológicas: *vático* (de vate), *epistolizar* etc., bem como adjetivações chocantes: *ceroulas espirituais*.

O vocabulário cultista gongorino foi quase integralmente aproveitado por seus imitadores portugueses: *ígneo*, *odorífero*, *purpúreo*, *discursivo*, *presumido*, *persuasivo*, *sagittífero*, *ebúrneo*, *ignífero*, *purpurear*, *cornífero*, *melíflu*, *beliger* etc., já usados, na sua maioria, por Camões.

A semântica foi o setor gramatical mais violentado pelos poetas seiscentistas: a significação deve atrair pelo imprevisto: *purpúreo* (formoso, lindo); *reduzir-se* (recolher-se); *sucessivo* (que corre, flui); *desmentido* (desfigurado, desvanecido); *breve* (pequeno, delgado), além de outros abusos semânticos, que às vezes atingem à obscuridade.

A língua poética do século XVII foi realmente mais uma língua importada do que fruto de criação nacional, com as marcas evidentes da influência espanhola através de uma de suas vertentes dominantes: o Culteranismo.

Bibliografia

- ALONSO, Dámaso – *La lengua poética de Góngora*. I. Madrid, CSIC, 1950.
 BUESCU, Maria Leonor Carvalhão – *João de Barros: Gramática da língua portuguesa*. Reprod., fac-símiles, leitura, introd. e anotações. Lisboa, Faculdade de Letras, 1971.
 ——— *Gramáticos portugueses do século XVI*. [Lisboa] Secretaria de Estado da Cultura [1978] (Biblioteca Breve).
 LAPESA, Rafael – *Historia de la lengua española*. 7. ed. [Madrid, Escelicer, 1962].
 MENDONÇA, Renato – *O português do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936.
 NEIVA, Artur – *Estudos de língua nacional*. São Paulo, Nacional, 1940.
 REYES, Alfonso – “*Questiones gangorinas*”. Em suas *Obras completas*. [México] F.C.E. [1958] VII, p. 15-249.
 SAID ALI, M. – *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed., São Paulo, Melhoramentos, 1964.
 SILVA NETO, Serafim da – *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 3. ed., Rio de Janeiro, Presença, 1976.
 SILVEIRA, Sousa da – *Lições de português*. 3. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937.
 VASCONCELOS, J. Leite de – *Textos arcaicos*. 3. ed., ampl., Lisboa, Livraria Clássica, 1923.